

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 167

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE NOVEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Beraldin, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Beto Richa, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Orlando Pessuti e Ricardo Chab (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 019/99

Curitiba, em 27.09.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, das Leis nºs 11.498, de 30 de julho de 1996, através das quais, para importantes e relevantes objetivos, foram instituídos, respectivamente, o PARANACIDADE, PARANAEDUCAÇÃO e ECOPARANÁ, todos dotados de personalidade jurídica de direito privado e sob a modalidade de Serviço Social Autônomo.

O Plano de Lei ora proposto atende plenamente aos superiores interesses da Administração, sendo indiscutivelmente conveniente, oportuno e necessário, eis que prevê e normatiza a atuação do Tribunal de Contas do Estado na análise e fiscalização dos recursos públicos aplicados por intermédio dos referenciados Serviços Sociais Autônomos, disciplinando, ainda, as formas e datas para procedimentos referentes às respectivas prestações de contas anuais.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 16 e parágrafos, da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - As contas do PARANACIDADE serão julgadas pela Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - O PARANACIDADE, encaminhará, anualmente, para a Assembléia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se refere o art. 15 e do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

§ 2º - A Assembléia Legislativa solicitará parecer prévio ao Tribunal de Contas do Estado, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento, observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.

§ 3º - A auditoria e fiscalização dos recursos objeto de financiamentos externos será realizada no âmbito do Tribunal de Contas, através do órgão constituído exclusivamente para esse fim.

§ 4º - A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução dos planos, programas, projetos, atividades, produtos, serviços e avaliação de desempenho do contrato de gestão.

§ 5º - Por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.”

Art. 2º - O artigo 16 e parágrafos, da Lei nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - As contas do PARANAEDUCAÇÃO serão julgadas pela Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - O PARANAEDUCAÇÃO, encaminhará anualmente, para a Assembléia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se refere o art. 15.

§ 2º - A Assembléia Legislativa solicitará parecer prévio ao Tribunal de Contas do Estado, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.

§ 3º - A auditoria e fiscalização dos recursos objeto de financiamentos externos será realizada no âmbito do Tribunal de Contas, através do órgão constituído exclusivamente para esse fim.

§ 4º - A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução dos planos, programas, projetos, atividades, produtos, serviços e avaliação de desempenho do contrato de gestão.

§ 5º - Por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.”

Art. 3º - O artigo 13 e parágrafos, da Lei nº 12.215, de 10 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - As contas da ECOPARANÁ serão julgadas pela Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - A ECOPARANÁ, encaminhará, anualmente, para a Assembléia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se refere o art. 9º.

§ 2º - A Assembléia Legislativa solicitará parecer prévio ao Tribunal de Contas do Estado, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento, observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.

§ 3º - A auditoria e fiscalização dos recursos objeto de financiamentos externos será realizada no âmbito do Tribunal de Contas, através do órgão constituído exclusivamente para esse fim.

§ 4º - A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução dos planos, programas, projetos, atividades, produtos, serviços e avaliação de desempenho do contrato de gestão.

§ 5º - Por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 403/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giraldez - Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$134.260,00, referentes às parcelas de janeiro a julho para o Regime de Abrigo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 936/99, do Senhor Quiêlse Crisóstomo da Silva, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Paraná, relativo ao 3º Trimestre de 1999. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/294/99, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 038/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/ 286, 295, 296, 297, 298, 299, 300 e 305/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

223/99: De autoria do Deputado Neivo Beraldin que, autoriza o Secretário de Estado da Fazenda a disciplinar a reabertura ou manutenção dos Termos de Acordo de Parcelamento celebrados sob a égide da Lei nº 11.800, de 10 de julho de 1997, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.685. **Anote-se - Archive-se.**

454/99: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$2.500.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.691. **Anote-se - Archive-se.**

349/99: De autoria do Deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.692. **Anote-se - Archive-se.**

350/99: De autoria do Deputado Marcos Isfer que, declara de Utilidade Pública a Associação de Profissionais, Pais e Amigos da Criança Especial, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.693. **Anote-se - Archive-se.**

359/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Missionária Oriental, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.694. **Anote-se - Archive-se.**

368/99: De autoria do Antonio Carlos Belinati que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Juliano Stinghen, com sede

e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.695. **Anote-se - Arquivo-se.**

396/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Água da Vida, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.696. **Anote-se - Arquivo-se.**

509/99: De autoria do Poder Executivo que, dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$9.797.096,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.701. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 446/99, do Senhor Sydney Dittrich Zappa, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que revoga o § 4º, do artigo 1º, da Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 12/99

Curitiba, em 16.11.99.

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Partido Social Liberal venho através do presente comunicar o nosso afastamento do Bloco Parlamentar, constituído com o Partido Liberal e Partido Social Cristão.

Outrossim, solicito a Vossa Excelência que a nossa agremiação partidária seja representada nas comissões permanentes desta Casa de Leis, conforme o que preceitua o art. 31, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir a determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação do representante do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão Especial do Narcotráfico.

Dessa forma, indicamos o Deputado Luiz Carlos Aborghetti para o cargo de Titular.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder em exercício da Bancada do PMDB, venho por intermédio do presente, indicar o Deputado Caíto Quintana, para compor a vaga que cabe ao nosso Partido na Comissão Especial do Narcotráfico, aprovada através de Requerimento junto a esta Casa de Leis no Dia 16 de novembro.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das sessões, em 17.11.99.

(a) ADEMIR BIER

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos pelo presente indicar pelo Partido dos Trabalhadores para compor a Comissão Parlamentar Especial do Narcotráfico, a ser constituída por essa Casa, o Deputado Ângelo Vanhoni.

Sem mais para o momento, despedimo-nos renovando nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário Inativo deste Poder Blumer Bosquilia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 65 anos, faleceu o funcionário inativo deste Poder, Blumer Bosquilia.

O extinto deixou 02 filhas.

O pasamento de Blumer Bosquilia veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana do seu Servo Blumer.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Blumer Bosquilia, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Blumer Bosquilia para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça.

É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Blumer Bosquilia sob sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bosquilia endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Sr. José Luiz Sales, falecido no último dia 13 de novembro no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Sr. Pedro Camacho Neto, falecido no último dia 13 de novembro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Grupo Folclórico Polonês Íagoda de Quedas do Iguaçu, com votos de congratulações pela inauguração da nova Sede da Entidade.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja enviado correspondência para a Sra. Apolônia Jaremczuk, Presi-

dente do Grupo Folclórico Polonês Íagoda, sito à rua: Acássia, s/n, Quedas do Iguaçu, PR.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Quedas do Iguaçu, município encravado no Centro Oeste do Paraná, numa festa bonita e alegre, inaugurou no último dia 15 de novembro a nova Sede do Grupo Polonês Íagoda. Uma construção moderna para abrigar uma etnia que muita contribuição deu no desenvolvimento do município.

Os poloneses aos poucos foram chegando à Quedas do Iguaçu e com muita disposição puseram as mãos às obras. Enfrentaram obstáculos, dificuldades de toda sorte, mas com perseverança e dinamismo, lutaram bravamente para fincar raízes, criar suas famílias e colaborar com o progresso. A comunidade era uma longínqua vila pertencente então ao Município de Laranjeiras do Sul, tudo era extremamente difícil. Mas eles foram chegando, arrumando as coisas e de repente tornaram-se no principal segmento social de Quedas do Iguaçu.

É louvável registrar a intensa participação dos poloneses na vida paranaense. Pois acreditaram na nossa terra e para cá vieram, quando tudo não passava de mata, floresta e projetos. Contribuíram de forma decisiva para fazer o Paraná o que é hoje. E um dos pontos escolhidos, entre outros, para se fixarem foi o Município de Quedas do Iguaçu.

Para registrar a história e manter viva a chama da cultura e das tradições os poloneses resolveram criar o grupo folclórico Íagoda, inclusive com a implementação do núcleo de descendentes. Por isso estamos fazendo esta homenagem, até para que sirva de estímulo para que as futuras gerações não deixem morrer os ensinamentos e costumes dos antepassados.

Daí a grande importância da inauguração do Clube dos Poloneses de Quedas do Iguaçu, com a apresentação de danças folclóricas e a participação de toda a comunidade naquele município.

REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, Senhor Lauro Lourenço Ruths, com votos de congratulações, pela passagem do 53º aniversário do Município de Laranjeiras do Sul, no próximo dia 29 de novembro do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos de toda a população de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Até o ano de 1848 a região do atual Município de Laranjeiras do Sul era um imenso sertão, habitado somente por tribos indígenas, que dominavam as faxinas e matas da mesopotâmia Piquiri/Iguaçu, batizada pelos Rios Chagu e Tapera. A partir desta data registra-se o lançamento dos fundamentos históricos da povoação destas terras pelo homem branco.

Nesta época, o governo da Província de São Paulo ordenou a deportação de José Nogueira do Amaral, que havia cometido crime de morte, para o mais longínquo dos sertões. Neste período existia a pena capital, porém neste caso foi comutada por degredo perpétuo. Algum tempo depois, Joaquim Nogueira do Amaral, irmão de José, rumou para a região onde possivelmente estaria o irmão. Após estes acontecimentos, os indígenas foram se estabelecendo em reservas sertão adentro. Em Laranjeiras se localiza a reserva Rio das Cobras, onde vivem os índios Caigangue, Guaraní e Xetá em número de quase 2.500 habitantes.

Uma das fases mais marcantes de Laranjeiras do Sul se deu por conta do Território Federal do Iguaçu, criado em 13 de setembro de 1943. Constituído com área do oeste e sudoeste paranaense e mais uma porção catarinense, este território foi criado com vistas a abrigar a mão-de-obra gaúcha e fazia parte da campanha getulista "Marcha para Oeste".

Em 1946 foi extinto o Território Federal do Iguaçu e Laranjeiras retorna à jurisdição paranaense.

Laranjeiras do Sul se constitui em homenagem ao Dr. Laranjeiras, capitão do exército e médico por profissão. Serviu na Colônia Militar Marechal Mallet. Por ser muito humanitário e prestativo, ficou seu nome na lembrança das famílias que habitavam aquela colônia. Desfaz-se a idéia de que a denominação se origina da árvore, da família das rutáceas, cujo fruto é a laranja, muito apreciada como alimento. O termo sul, foi acrescentado para diferenciá-lo de cidade homônima existente no Estado de Sergipe.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal Senhor Luis Raimundo Corti, com votos de congratulações, pela passagem do 36º aniversário do Município de São Jorge D'Oeste, no próximo dia 23 de novembro do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Municipal nº 23, de 09 de junho de 1960, foi criado o distrito Administrativo de São Jorge, com território pertencente ao Município de Chopinzinho. Em 24 de junho de 1963, foi sancionada pelo Governador Ney Braga o distrito elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado do Município de São João. A instalação deu-se oficial em 23 de novembro de 1963, data em que foi empossado como primeiro Prefeito Municipal o Sr. Ary Rupp.

São Jorge D'Oeste começou com a exploração da erva mate e madeiras na região, onde na época houve muitos conflitos, parando nas mãos do então Presidente Eurico Gaspar Dutra.

O nome de São Jorge D'Oeste foi uma homenagem ao Santo padroeiro e referência geográfica da porção territorial em relação ao Estado. Jorge é o termo que origina-se do grego "Gheorghios" trabalhador da terra. São Jorge foi um lendário mártir do século IV, muito venerado na Idade Média. O termo Oeste é para diferenciá-la da cidade homônima.

Atualmente pertence a Microrregião 16 (ACAMSOP) e o Prefeito Municipal é o Sr. Luis Raimundo Corti, que tem realizado um trabalho extraordinário. Hoje o evento "Canto dos Lagos do Iguaçu" já faz parte do calendário Estadual e Nacional, isso demonstra a luta e união deste povo unido que faz parte de São Jorge D'Oeste.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2463

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Joaquim Leopoldino da Silva e Luzia Rosa da Silva, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Guilherme Münster e Luciana Maria Münster, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2469

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Adir Bueno Santos e Leoni de Fátima Bueno Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2470

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de congratulações ao Sr. Abdo Aref Kudri, Presidente dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná, pela posição

adotada em defesa da integridade paranista da imprensa de nossa terra.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(aa) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Em defesa dos interesses paranistas o Sr. Abdo Kudri, Presidente do Sindicato da categoria empresarial da mídia, enviou recentemente aos jornais uma firme nota de esclarecimento defendendo a permanência da propriedade das empresas de comunicação do Paraná em mãos de grupos empresariais sediados em nosso Estado. Esse ato louvável contou com o respaldo de todos os segmentos à imprensa, preocupados em preservar os espaços de orientação local e trabalho nos órgãos de comunicação social e rejeitando na mesma linha uma suposta negociação entre empresas de um importante grupo de comunicação do Paraná com empresa de fora do estado.

A reação liderada em nome da comunidade de imprensa paranaense, por um jornalista com mais de cinquenta anos de profissão e líder empresarial respeitado, mostra a preocupação com os valores e a identidade do Paraná e merece o respaldo do Poder Legislativo Estadual - seguro de estar interpretando neste efeito a linha de pensamento dominante em nossa população.

Em anexo, a íntegra da nota referida.

REQUERIMENTO Nº 2473

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná (R. XV de Novembro, 279 - 7º andar - Ctba) pela sua nova Diretoria eleita.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 29.10.99, foram realizadas eleições internas para a escolha dos membros que comporão o novo plenário com mandato para o período de 31.10.99 a 30.04.2001 do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, sendo então eleita e empossada a sua nova Diretoria que ficou assim composta:

DIRETORIA:

- Presidente: Jurandy Kern Barbosa
- Secretaria: Terezinha Delirides Pacheco
- Tesoureira: Vera Pereira

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS:

Izabel Christina De Mello Brito
Wandelize Muller Slupski
Leida Momose de Lima

DELEGADO REGIONAL: Jurandy Kern Barbosa

SUPLENTE DE DELEGADO: Izabel Christina de Mello Brito

À toda nova diretoria eleita, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2474

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Rio Negro, pela comemoração de seus 129 anos.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 5 de novembro deste ano, Rio Negro completou seus 129 anos de emancipação política do Município e também comemora-se os 170 anos de imigração alemã no Município.

Foi a primeira colonização ocorrida no Paraná e a Segunda no Brasil (a primeira foi em Porto Alegre). Rio Negro era um pequeno povoado, no meio da mata, com o nome de “Capela da Matta”, com 108 moradores. As famílias alemãs teriam embarcado no veleiro alemão Charlete Louise, em 30 de junho de 1828, dentro dos planos do Governo Imperial em atrair imigrantes europeus ao país. Os destinos das primeiras 20 famílias alemãs foi alcançado em 1929 foram estes os pioneiros do Paraná. Estas famílias eram compostas por 105 pessoas das quais 45 de maior idade. Para garantir a subsistência, tiveram de derrubar a mata, destocar a terra e plantar, contribuindo em muitos outros afazeres para prosperidade de Rio Negro.

Os moradores de Rio Negro, são pessoas muito hospitais. Quem visita a cidade sente-se em casa. O povo é acolhedor, ordeiro e trabalhador. prova disso é o desenvolvimento do Município que vem crescendo a cada dia.

Rio Negro completa agora 129 anos e pode se orgulhar muito disso, pois é um Município Histórico, do qual o Paraná orgulha-se de possuir.

Ao Município de Rio Negro, pela passagem e comemoração de seus gloriosos 129 anos, receba o Prefeito e vice-Prefeito Municipais, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, em Regime de Urgência, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cezar Manfron, Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, solicitando que seja instalado a rede de iluminação Pública na Rua Alvorada entre as Ruas Caçador e L, no Jardim Apucarana do Município supra citado.

Os alunos do Colégio Apucarana, e os moradores dos Jardins Alvorada e Nova Morada, que são obrigados a utilizar aquele trajeto, estão temerosos e amedrontados pois devido a escuridão, estão ocorrendo muitos assaltos.

Neste termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando a construção de um prédio para o Destacamento de Polícia Militar no município de Quatro Pontes, bem como a instalação de equipamentos de apoio e material logístico, dando condições mínimas às ações policiais para dar atendimento na área de segurança daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de o município de Quatro Pontes ainda não possuir um prédio adequado para o destacamento da Polícia Militar. A prefeitura já efetuou a doação de um terreno para a construção do referido prédio e mostra-se à disposição para eventuais convênios, que venham atender a área de segurança. Quatro Pontes, apesar de não estar situada na faixa de fronteira, fica próxima a municípios limítrofes e é caminho obrigatório na rota dos marginais que fogem para o Paraguai. Portanto, é de extrema importância o fortalecimento do destacamento da PM, com policiais equipados e preparados para manterem a ordem e a segurança pública no município.

REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Daniel Cesário Pereira - Bairro Santa Felicidade, ao lado do Colégio Estadual Pinheiros. No local existe uma área com mato alto e está servindo de esconderijo para usuário de drogas. Os moradores estão apreensivos com a falta de segurança e pedem policiamento urgente.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Vilma Aparecida Avelina, residente à Rua Magnólia nº 92 - Jardim Santa Clara - Município de Araucária, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita em 18.05.94 através do CPF 680.606.379-98. Se necessário,

recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9112-9502.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Doralice Gomes Waltrick, residente à Rua Cel. Machado Lopes nº 410 - Jardim Santa Mônica - Município de Piraquara, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita há mais ou menos um ano e meio atrás, através do CPF 348.126.799-15. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 222-0898 (recados com Romilda).

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sr. Osvaldo de Almeida, residente à Rua Guilherme Grabowski nº 23 - Jardim Vitória - Bairro Tanguá, que pede a troca de uma lâmpada queimada do poste sito em frente à sua residência. Há muito tempo que a mesma encontra-se queimada. É necessário também verificar a fiação, sendo que quando a lâmpada não estava queimada, a mesma ficava acesa ininterruptamente. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 338-2937.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido do Senhor Roberto Jurevitz, residente à Rua São Rafael, 346, Jardim Monte Santo, Município de Almirante Tamandaré, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 574.695.479-91.

Trata-se de uma pessoa com deficiência física e que por este motivo necessita o mais breve possível de um telefone em sua residência, o qual lhe será muito útil. Se necessário, recomendamos contato com a requerente

pelo telefone 757-2788 (recados com Dirlete após as 17:00 horas).

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Desembargador Altair Ferdinando Patitucci, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para que o Tribunal nos informe sobre procedimentos a serem adotados com relação ao que vai ser feito a respeito do cadastramento dos títulos eleitorais dos dekassegui paranaenses que se encontram no Japão.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Existem hoje em torno de 100 mil dekassegui paranaenses no Japão que se encontram impossibilitados de justificar a ausência do voto, ficando assim prejudicados no momento do cadastramento, acarretando problemas futuros como cidadãos.

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, pedido de informações à Companhia Paranaense de Saneamento - SANEPAR a respeito dos aumentos ocorridos no presente ano, com relação às taxas de água e de esgoto cobradas dos usuários por aquele órgão.

Solicita também do mesmo órgão informações das razões do percentual cobrado pelo órgão, com relação à taxa de esgoto, no valor de 80% do valor cobrado pelo consumo de água.

Requer envio do expediente do requerido à Secretaria Especial para Proteção e Defesa do Consumidor.

Para tanto justifica, em anexo, seu requerimento.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os meios de comunicação do Paraná dão notícia de que a SANEPAR, órgão responsável pela distribuição de água e coleta de esgotos na maioria dos municípios do Estado do Paraná, deverá estabelecer novo aumento nas tarifas de água e esgoto, que atingirá, em média, o percentual de 10% (dez por cento).

O percentual de aumento médio no ano de 1998 foi de 4,5%, sendo que o atual aumento pretendido para consumidores que ultrapassem os 10.000 litros atingirá 15%. Isso significa que, em relação ao ano de 1988, os índices ficarão entre 122% e 233%, o que significa um abuso contra a economia do povo.

Além desses fatos, a SANEPAR cobra taxa de esgoto no valor de 80% sobre a taxa de água, o que em outros Estado, como São Paulo, a taxa é de 50%.

A situação atual do Estado do Paraná, com muitos pais de família desempregados, pondera aos poderes públicos que qualquer aumento de preço em tarifas de água e luz, principalmente, vem acarretar sérias dificuldades para a população em saldar seus compromissos financeiros mensais, quando muitos já têm contas atrasadas para pagar ou já sofreram cortes de água e de luz.

O aumento a ser efetivado vai gerar maior número de inadimplentes no Estado, com relação a essas tarifas.

O que se pretende, com o presente requerimento, é dissuadir a SANEPAR da cobrança desse percentual abusivo e alertar os Poderes constituídos, principalmente a Secretaria de Defesa do Consumidor, sobre a impropriedade desse aumento, no valor percentual que se propõe.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 586/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a instituir a obrigatoriedade de identificação nas multas de trânsito aplicadas nas rodovias estaduais, em todo o território paranaense.

Parágrafo Único - As multas a que se refere o art. 1º são aquelas aplicadas por policiais rodoviários.

Art. 2º - As multas de trânsito somente terão validade mediante a identificação completa, constando assinatura e número da cédula de identidade do autuado e, nome e função do autuante.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir a obrigatoriedade de identificação completa, com nome legível, assinatura e número da cédula de identidade, tanto do autuado quanto do autuante, em multas praticadas por policiais rodoviários, quando tratar-se de rodovias estaduais e municipais, quando tratar-se de multas praticadas em centros urbanos.

São inúmeras as reclamações de usuários que "foram" autuados por policiais, aqueles que nem ao menos encontravam-se no local definido da multa, no dia e horário da infração.

Essas situações vêm causando grandes transtornos, uma vez que estes equívocos demandam em prejuí-

zos secundários e perda de pontos na carteira de habilitação.

O objetivo deste projeto de lei está longe de beneficiar infratores das leis de trânsito e sim dar a transparência devida a cada cidadão, além de propiciar ações disciplinatórias por parte das autoridades de trânsito, informando o cidadão sobre a falta cometida por ocasião da multa.

PROJETO DE LEI Nº 587/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia na localidade do Cachoeira em Almirante Tamandaré.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública, fornecerá toda estrutura para o perfeito funcionamento da Delegacia de que trata o artigo anterior, inclusive utilizando-se de recursos do seu orçamento próprio.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Município de Almirante Tamandaré possui aproximadamente 90.000 habitantes, com uma área de 276,1005 km², sendo que na região do Cachoeira concentra-se 60% da população do município. A criação de mais uma delegacia, atenderá a demanda e facilitará o acesso para os usuários, pois na região está localizado o principal terminal de ônibus do município.

Justifica-se também pelo fato de que este local possui várias escolas, é importante frisar que a região do Cachoeira é hoje o local com mais alto índice de ocorrências policiais do município.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero à Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

PROJETO DE LEI Nº 588/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(aa) NELSON JUSTUS
ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaratuba, Litoral do Paraná, distante 136 Km, da nossa Capital, possui hoje cerca de 42.000 habitantes fixos, um número que aumenta para aproximadamente 600.000 habitantes em época de temporada.

O Município possui atualmente 03 escolas estaduais e 17 escolas municipais, com uma economia baseada em turismo, pesca, agricultura, construção civil e prestação de serviços.

Guaratuba possui alguns problemas sociais graves, entre eles o grande número de menores de rua, alguns frequentando bares e outros estabelecimentos noturnos que o Município possui em grande quantidade. Isso está ocasionando um altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligada à infância e adolescência. São muitos os casos, especialmente de prostituição infantil noticiados nos jornais diariamente, envolvendo o Município de Guaratuba, dado à sua proximidade (70km) com o Município de Paranaguá onde está localizado um dos maiores portos do país.

As autoridades policiais locais, na tentativa de coibir o aliciamento, tráfico e exploração de menores, bem como a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos.

É importante que o Governo do Estado efetue a instalação desta Delegacia especializada, com pessoal especializado em casos de menores, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que Guaratuba está enfrentando.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

PROJETO DE LEI Nº 589/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(aa) NELSON JUSTUS
ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaratuba, distante 136km da nossa capital, possui hoje cerca de 42.000 habitantes, um número que aumenta para 600.000 habitantes em épocas de temporada.

O Município possui atualmente diversos prédios públicos, tais como hospital, posto de saúde, escolas estaduais e municipais, além de uma economia baseada

em agricultura, turismo, pesca, construção civil e prestação de serviços.

Guaratuba, cidade litorânea das mais visitadas do nosso Estado, possui alguns problemas graves sociais, entre eles o grande número de ocorrências policiais envolvendo mulheres. Isso está ocasionando um altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligada à mulher. São muitos os casos, noticiados nos jornais diariamente, envolvendo o Município de Guaratuba.

As autoridades policiais locais, na tentativa de diminuir a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos, já que Município possui apenas uma delegacia de Polícia Civil e um Batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de toda a sua numerosa população.

É importante que o Governo do Estado efetue a instalação desta delegacia especializada, com pessoal especializado nestes casos, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que Guaratuba está enfrentando.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

PROJETO DE LEI Nº 590/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado no Município de Cafelândia, neste Estado, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN.

§ 1º - O órgão de que trata o caput deste artigo, substituirá o atual Posto do DETRAN, instalar no citado município.

§ 2º - A CIRETRAN de Cafelândia, terá como área de abrangência, além da sede do órgão, as unidades municipais que o DETRAN/PR, julgar conveniente jurisdicionar a essa circunscrição regional, para melhor prestação de atendimento ao usuário.

Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O crescimento sócio-econômico que vem registrando-se nos últimos anos na região de Cafelândia, fixando-se como pólo microrregional, provocou um aumento expressivo na frota local de veículos automotores.

Desta situação decorre uma maior carga de serviços para as Circunscrições Regionais do DETRAN que atendem a região, o que gera comprometimento do fluxo normal do serviço público oferecido, implicando na

deformação da qualidade de atendimento e transtorno ao usuário.

Com o propósito de propiciar ao cidadão, um serviço de trânsito facilitado e qualitativo, e que encaminhe a presente proposição de lei, como medida reivindicatória da comunidade precitada.

Em face da relevância e da necessidade desse benefício para população da região já referida, é que rogo a anuência dos senhores parlamentares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, com muita satisfação, registra a presença dos ex-Presidentes da Casa, Deputados Nilson Sguarezi e Ivo Tomazoni.

Sejam bem-vindos a Casa é de vocês.

Com a palavra no Pequeno Expediente o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Primeiramente cumprimentando os ex-colegas, que tivemos a honra de neste Plenário conviver com eles, como Deputado Estadual, o ilustre ex- Líder do Governo, ex-Presidente desta Casa, Deputado Ivo Tomazoni, bem como o ex-Presidente e nosso colega como Deputado, naquela oportunidade, o ilustre Deputado, naquela oportunidade, o ilustre Deputado Nilso Sguarezzi que, hoje, aqui, conosco convive fraternalmente nesta região.

Queremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tornar público ao Paraná de que o Governo do Estado realmente foge com a verdade e não cumpre aquilo que ele se empenha com os municípios e os prefeitos de todo o Paraná.

Há meses passados, os prefeitos da região dos Campos Gerais, o Prefeito de Ponta Grossa, já desiludidos com o transporte escolar, que a cada dia e a cada mês e neste próprio Plenário, quando a atual Secretária de Educação não compareceu e nem mandou representante, quando a Comissão de Educação desta Casa pedia que o transporte escolar fosse atendido com os recursos necessários, para o transporte das crianças de 5ª a 8ª série, que é de responsabilidade do Governo do Estado, que estava sendo feito, como continua, com recursos de todos os municípios do Paraná, dos 399 municípios, o Governo do Estado, sabedor de antemão, de que traríamos em frente ao Palácio Iguaçu mais de duas mil crianças de todo o Paraná, para que aqui testemunhar ao povo paranaense que o Governo não cumpria aquilo que era de sua responsabilidade e que já tinha pego, como pegou, parte do dinheiro do Governo Federal e não repassou aos municípios do Estado, tínhamos proposto a reunião nos Campos Gerais, de que traríamos as crianças em frente ao Palácio Iguaçu.

O Governo sabendo disso, pegou seu Chefe da Casa Civil, o atual Chefe da Casa Civil e o mandou con-

versar com o Presidente da Associação dos Campos Gerais, Prefeito Claudemir Braga, da Cidade de Castro, para tentar abortar a vinda das crianças a Curitiba. Lá foi o Chefe da Casa Civil, em nome do Governo do Estado, fazendo a seguinte proposta - não só à minha Ponta Grossa e nem a região dos Campos Gerais, mas a todo o Paraná: cada município que estava e continuava fazendo o transporte escolar seria ressarcido, não por dinheiro, porque o Governo do Estado não tinha, para devolver ou pagar o transporte das crianças, o Governo do Estado, através do DER, iria fazer com que máquinas, pás-carregadeiras, tratores de esteira, caminhões, óleo diesel, pessoal, seriam remanejados até o limite pelo qual cada município teria gasto com o transporte escolar, que era de responsabilidade do Estado.

Passaram-se, Senhor Presidente, Senhores Deputados, 4 a 5 meses, e estamos a 40 e poucos dias do final do ano, o governo não emprestou uma máquina, não deu um litro de óleo diesel, não deu um pessoal e não fez nada do compromisso assumido, em nome do Governo, pelo Chefe da Casa Civil!

E ainda mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, naquela oportunidade o Chefe da Casa Civil falou a todos os prefeitos, representados pelo Presidente Claudemir Braga, que neste ano seriam inseridos 39 milhões de reais para serem divididos entre todos os municípios do Paraná, entre todos eles, num sentido percentual, onde tivesse cada aluno matriculado, onde tivesse os quilômetros percorridos, seria este percentual dividido em todos os municípios paranaenses. Faltou com a verdade, de novo, o Chefe da Casa Civil e o Governo do Estado, porque aqui está a peça orçamentária, do orçamento analítico, deste ano, e não tem, Senhor Presidente, os 39 milhões que aquele cidadão, em nome do Governo do Estado, que não cumpre a palavra, não cumpre o que fala, não cumpre o que assume, aí está demonstrado, no número que é destinado ao transporte escolar do ano 2.000!

Para nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que temos o nosso domicílio e somos cobrados, diariamente, não só pelo prefeito, nem pelos vereadores, muito mais pelos pais de alunos que, no próximo ano, terão novamente que ter o transporte escolar, devido pelo Governo do Estado do Paraná!

Quero, nesta oportunidade, Senhores Deputados, dizer que o Governo não tem palavra, o Governo não cumpre o que assina e o governo aí está, realmente, numa demonstração, não a nós, Deputados, mas a todo o Paraná, que é realmente um Governo que não cumpre o que fala e que traduz, nas suas ações, a falta de respeito aos municípios do Paraná, às crianças do nosso Estado e ao transporte escolar de todos os municípios!

Não só neste caso, o Chefe da Casa Civil, que é o responsável pelos convênios assinados, não cumpridos, e temos na nossa área dos Campos Gerais, dezenas de convênios, de parcerias que não foram e não são cumpridos e acredito que nem serão! Mas temos ainda o fôlego de 40

e poucos dias, Senhor Presidente, e voltarei a essa tribuna novamente, ao transporte escolar, para dizer que o Chefe da Casa Civil não tem palavra, em nome do Governo e que o Governador não tem a decência suficiente para respeitar as crianças do nosso Estado, com o transporte escolar, que está sendo custeado pelos poucos recursos que tem cada prefeito, que tem cada domicílio, neste Estado, numa irresponsabilidade do Governo do nosso Estado do Paraná.

Obrigado, Senhor Presidente, obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Faço uso da tribuna e gostaria de lembrar aqui que na semana passada, tivemos a participação da Coordenadora do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, no qual abordou aqui um tema que é bastante problemático e que tem sido uma preocupação muito grande dos nossos municípios, tem sido uma preocupação muito grande dos prefeitos que é a volta ou reabertura do Curso do Magistério.

Sobre a educação, também que falo nessa tribuna e cito o que está acontecendo no dia de hoje um ato público, coordenado pela APP Sindicato, aonde estão participando professores e funcionários das escolas públicas do Paraná. Onde estão levando algumas propostas que reivindicam da Secretaria da Educação, que reivindicam da Secretária da Educação, que reivindicam do Governo do Paraná. Alias, quase todas elas estão contempladas no projeto que se encontra nessa Casa de Leis, que é o PCCS, que até agora não foi votado por essa Casa, mas acreditamos que é possível. Acreditamos e esperamos que esse projeto seja votado o mais breve possível para contemplar todas as reivindicações da classe dos professores e dos funcionários estaduais.

Falo aqui de algumas propostas apresentadas então, que com prioridade hoje estão sendo discutidas na Secretaria. A questão da garantia do ensino público gratuito e de qualidade. Uma outra proposta apresentada é que se faça concurso público para contratação do pessoal. É claro que assim vai evitar o apadrinhamento, vai evitar demissões sem justificativa. Também existe a proposta de que seja feito a abertura do processo, do avanço no quadro de carreira para os que preenchem os requisitos legais. Essa é uma das principais propostas que estão sendo apresentadas hoje, onde está acontecendo uma audiência com a Secretária da Educação e onde estão sendo levadas essas entre outras propostas e que a gente gostaria de citar aqui: Que estaríamos contribuindo muito com a nossa educação, com a educação do Paraná se aprovassemos aqui nessa Casa com urgência o PCCS.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passa-se ao horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas.

Vimos aqui nessa tribuna fazer o relato de um trabalho feito pela Secretaria de Habitação do Paraná, do Governo Jaime Lerner, que nós de fato achamos e tem sido feito um trabalho no Paraná, de primeiríssima qualidade, um trabalho perfeito. Por isso nós, aqui, hoje vimos a essa tribuna e gostaríamos que os nobres companheiros Deputados, prestassem atenção, para ver o trabalho executado por esse Governo, através do Secretário Rafael Dely, em todo o Estado do Paraná.

(Lê):

“O Secretário de Habitação, Rafael Dely, acaba de retornar de El Salvador, onde esteve como convidado especial do XII Congresso Latino Americano de Vivendas.

O evento reuniu autoridades e especialistas em habitação de baixa renda, de mais de 30 países da América Latina e serviu para a realização de troca de experiências e conhecimento de novas idéias que estão sendo aplicadas.

Causou um impacto enorme a palestra realizada por Rafael Dely. Enquanto que no Paraná as casas populares estão sendo construídas por autogestão, diretamente pelos moradores, com ampla liberdade de ação, nos outros países ainda praticam a idéia das casas produzidas em massa, todas padronizadas.

E enquanto que o custo de uma casa de 44,5 metros quadrados no Paraná fica em torno de 6 mil reais, nesses países estão gastando cerca de 20 mil reais por casas bem menores, em torno de 25 metros quadrados. As realizadas no Paraná não tem similar na América Latina.

Essa grande diferença, segundo relato do secretário Rafael Dely, é explicada pela maneira como os governos da América Latina enxergam a questão social. Enquanto que no Paraná os investimentos em infra-estrutura (arruamento, asfalto, saneamento, eletricidade) são realizados em parceria com os municípios, sem qualquer ônus para as famílias de moradores, nesses outros países esses custos são rateados entre os mutuários, que acabam pagando um financiamento elevado.

Também chamou bastante atenção de todos o programa das Vilas Rurais, especialmente porque esses países continuam tendo uma grande parcela de sua população vivendo nas áreas rurais. Em El Salvador, por exemplo, 50% da população é rural.

Rafael Dely recebeu o título de cidadão honorário de El Salvador, entregue pessoalmente pelo Presidente da República, e sua passagem acabou reforçando o já grande interesse que esses países têm por nosso Estado, especialmente pelas inovações incrementadas pelo Governo Jaime Lerner.

Efetivamente, o Governo do Paraná, através do secretário Rafael Dely, na COHAPAR, está realizando a maior obra de habitação da história do nosso Estado. Em apenas cinco anos, mais de 50 mil famílias - um total de 250 mil pessoas - foram beneficiadas com casa própria. Para se ter uma idéia da dimensão destes números, em mais de 40 anos de política habitacional no Estado, foram construídas 100 mil unidades e o Governo Lerner, em cinco anos, produziu a metade de tudo.

Até o final deste ano, somente no programa de Vilas Rurais, o Governo do Paraná estará chegando a 400 vilas, beneficiando quase 20 mil famílias.

Mais de 30 mil outras unidades foram produzidas no programa Casa Feliz, através de casas, apartamentos e sobrados; ruas de ofício, casas da guarda e programas de desfavelamentos.

Esta magnífica realização da COHAPAR vem recebendo reconhecimento nacional e internacional. A própria Caixa Econômica Federal acaba de adotar o modelo de autogestão do Paraná, para recomendá-lo em seus financiamento a todos os outros Estados da União.

Os programas da Vila Rural e da Casa Feliz já ganharam inúmeros prêmios, como os da Fundação Ford e Fundação Getúlio Vargas como modelos de gestão e cidadania; da Comunidade Solidária, do Habitat do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e o Selo do Mérito da Associação Brasileira de COHABS.

Finalmente, vem recebendo o reconhecimento da sociedade brasileira, tendo sido temas de reportagens no 'Globo Rural' da TV Globo, do jornal da Globo, na mesma rede; nas revistas 'Veja' e 'IstoÉ', nos jornais 'O Globo', 'Gazeta Mercantil' e 'Jornal do Brasil' e inclusive em publicações estrangeiras como 'The Guardian', de Londres."

São essas avaliações, esse resultado positivo que viemos trazer.

Deixo a palavra com o Deputado Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama

Queria parabenizar Vossa Excelência por esse momento feliz, essa lembrança que se faz necessária, para enaltecer o trabalho desse grande paranaense Rafael Dely, que agora é justamente homenageado como Cidadão Honorário, no País onde está sendo feita a Conferência sobre habitação.

Isso demonstra e prova mais uma vez, que o Paraná tem grandes homens e que nas soluções da urbanização, nas soluções de uma melhor qualidade de vida, para mais uma vez sair na frente com a equipe brilhante, laboriosa, inteligente e competente do Governador Jaime Lerner, quando apresenta soluções inteligentes como

esta, do Programa Casa Feliz, Lar Feliz, estas casas construídas pela auto-gestão.

Basta ser um pouco inteligente para entender que quando a própria pessoa constrói a sua casa, vai construir da melhor maneira, tirando o melhor proveito, tirando o menor custo possível. E nessa parceria, quando estas casas acabam custando 1/5 do custo que deveria ser, percebendo nessa parceria, onde o próprio proprietário no incentivo que o Governo lhe dá nesse Programa Casa Feliz, quando pela auto-gestão, cada proprietário realiza a sua construção, isso demonstra a grande preocupação que o Governo do Estado do Paraná tem pela imunização, pela melhor qualidade de vida, e pelas soluções inteligentes numa hora em que o mundo todo atravessa essa crise, principalmente o Brasil.

Isso também ajuda no incentivo às áreas rurais, na descentralização dos grandes centros urbanos. Essa desumanização provocada pelas grandes metrópoles faz com que repensemos a questão e coloquemos o cidadão no lugar que ele merece, com uma boa qualidade de vida.

Parabéns, Deputado, por este momento, pela lembrança feliz, e me somo ao seu discurso, dizendo do prazer que tenho ao ter visitado alguns destes projetos Casa Feliz e ver casas de primeira qualidade. Não aquelas casas quase porcarias, mal feitas, muito pouco diferente quase das favelas, mas casas com qualidade, onde o proprietário constrói com prazer, num custo infinitamente mais baixo.

Parabéns pela lembrança, me somo com Vossa Excelência nesse momento, à pessoa do Doutor Rafael Dely que tem feito um brilhante trabalho na frente deste programa da habitação, com esse modelo de habitação para pessoas de baixa renda que com certeza, servirá de modelo para o mundo todo, pelo que o Paraná tem oferecido.

Obrigado.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Obrigado pela sua contribuição e ilustração ao trabalho desse grande Secretário que é o Rafael Dely. Nos sentimos orgulhosos, porque às vezes vemos, num Governo, um Secretário ser criticado pelo seu trabalho. Essa Secretaria do Paraná tem feito um trabalho exemplar em todas as regiões do Paraná, na construção de casas e não de pombais, igual era feito antigamente. Casas decentes, onde uma família pode morar com segurança, e Vila Rural, que é um projeto que tem ajudado muito, principalmente no que se diz reforma agrária do paraná.

Muito obrigado. Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Tiago Amorim.

O SR. TIAGO AMORIM

Só para registrar a presença da Vereadora de Cascavel, Leonilda Quadros; do Senhor Paulo Wolff, diretor do Campus UNIOESTE-Cascavel e da Reitoria eleita da

UNIOESTE; e Senhora Liana Fátima, que se fazem presentes em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Concedo a palavra ao Senhor Divanir Braz Palma, do PST.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vimos aqui para relatar um acontecimento que nos entristece muito, quando na tarde de ontem, tivemos o privilégio de representar esta Casa no encontro na sede do INCRA e quando lá estavam reunidos o Senhor Pedro Thomás, assessor do Ministro da Reforma Agrária, o Superintendente do INCRA, José Carlos Vieira e toda a sua equipe e os membros do MST, liderados pelos Senhores Ireno, Baggio e Calegari.

Fomos lá em companhia do Accorsi e quando chegamos, tomamos assento à mesa e logo em seguida o Senhor Ireno exigiu a nossa saída do ambiente, condicionou a nossa saída para que a reunião tivesse continuidade. A nossa expectativa dessa reunião era para que a reunião tivesse continuidade. A nossa expectativa dessa reunião era para que os 1300 lotes a serem entregues aos membros do MST, e fosse uma reunião até de alegria por parte do Movimento, afinal de contas, um assentamento custa para o Estado em torno de 40 mil reais e esse dinheiro sai do contribuinte, do trabalhador brasileiro e qual a nossa surpresa, fomos recebidos com uma animosidade de estranhar!

Eles propuseram a nossa saída ou então terminariam a reunião, e nós, representando a Assembléia não poderíamos agir de outra forma, a não ser, permanecermos ali, porque segundo o nosso entendimento, representando o Legislativo do Paraná, não poderíamos agir de outra forma, apesar da insistência e manifestação ruidosa dos membros, em torno de 400 membros do MST, a maioria deles portando foices e gritando palavra de baixo calão, ofendendo esta instituição e nós, diante dessa intimidação não poderíamos arredar o pé, sob pena de desmoralizarmos a nossa entidade, a nossa instituição.

E assim o fizemos. O Accorsi se retirou para chamar a Polícia Militar, porque ali não tinha polícia, e, infelizmente, não houve comparecimento nenhum, Senhor Presidente. O senhor também foi informado de que a Polícia deveria estar lá, não para intimidá-los, não para revidá-los, mas, para abrandar os ânimos que estavam acirrados. Eles, cada um portando arma branca, poderia a qualquer momento acontecer um desenlace, com consequências inimagináveis. E nós ficamos lá reféns desses membros, sob gritos, provocações de ordem moral e isso não nos assustou e nos entristeceu, porque, Senhor Presidente, os senhores são testemunhas de que sempre recebemos, aqui, nesta Casa, os membros do MST, que sempre foram tratados com cordialidade e respeito.

Tivemos outros encontros com eles no Palácio do Governo, Jaime Lerner, e o relacionamento sempre foi socialmente bom. E nós, da Bancada Ruralista, também, todos aqui são testemunhas, a imprensa inclusive, de que nunca usamos uma palavra sequer contrária à reforma agrária. Pelo contrário, nós que cobramos do Governo do Estado, cobramos do Governo Federal, recursos para que TDAs sejam emitidas, para que as propriedades improdutivas sejam compradas e devidamente desapropriadas e alocadas para as pessoas cadastradas, e, comprovadamente, com aptidão para o trabalho na terra. Nossa Bancada, os demais Deputados, enfim, toda a instituição, nunca viu um Deputado dizer que é contra o MST ou contra a reforma agrária. Somos contrários sim, à forma como estão conduzindo este movimento, descaracterizando um movimento social para transformá-lo num movimento de baderna, fora da lei, usando propriedades produtivas.

Agora, o que nós recolhemos de experiência dessas 3 horas de angústia, foi que nós temos que agir como nós estamos agindo. Não aceitaremos provocações nem intimidações. Afinal de contas nós estamos lutando e a história vai registrar isso, estamos lutando para que o estado de direito permaneça no Estado do Paraná. Porque a continuar o que vem acontecendo, estamos quase num ponto de um conflito de proporções que não se pode medir.

E ontem tive um dado preocupante: dentro do INCRA nos informaram que 37% dos proprietários de terras que tiveram suas fazendas tomadas, ocupadas ou invadidas estão sob estado de saúde precário - foram infartados ou com derrame cerebral ou já estão sepultados, porque o impacto da perda de uma propriedade de uma pessoa que cuida com carinho, com amor, é de proporções que não podemos imaginar.

O meu entristecimento, é que ontem, esperávamos ser recebidos como recebemos os líderes do MST, com respeito e foi justamente o contrário. Não é por aí que vamos fazer uma reforma agrária no Estado do Paraná.

Tanto nós fomos enxovalhados, como também, apesar dos esforços do Superintendente do INCRA, José Carlos Vieira, ele também foi enxovalhado dentro da sua própria sede. Quatrocentas pessoas lá dentro portando foices, brandiam-nas e exigiam que a autoridade deles fosse reconhecida, o que aconteceu, porque nós ficamos lá até às 18 horas, não arredamos o pé, estávamos representando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; não estávamos fazendo mais do que nossa obrigação. E, tenho certeza, que cada um dos senhores teria feito a mesma coisa que eu fiz. E nós, às 18 horas, quando terminou o expediente do INCRA, o Secretário falou: Divanir, podemos sair. Eu falei: José Carlos, mas o pessoal saiu?, porque eu estava numa sala separada. Ele disse: - Está tudo livre. Quando nós saímos, Senhor Presidente e nobres Pares, havia um corredor polonês com armas cruzadas e nós tivemos que desfilar por aquele corredor, ouvindo palavras de baixo calão, estando na frente, o

Coelho, representando o Governador Jaime Lerner, o Superintendente do INCRA ouvindo palavras também, e nós atrás. Chegamos à rua não tinha uma viatura sequer da Polícia Militar.

Da minha parte, pessoalmente posso me defender, mas eu vejo isso com muita tristeza porque nós estávamos representando uma instituição. Acho uma falha clamorosa o que aconteceu ontem, sem criticar o MST, mas o setor de segurança do Estado ontem, não sei porque cargas d'água, não compareceu e não deu proteção, ficamos à mercê de qualquer ato de selvageria que poderia ocorrer.

Agora, Senhor Presidente, a imprensa tem perguntado se vamos tomar alguma atitude. Sinceramente, não vamos tomar, da nossa parte não! Como representantes da Assembléia, eu acredito que ontem foi um dia negro para o Movimento dos Sem-Terra, porque eles deverão fazer a sua reflexão e chegar à conclusão. Não é desta forma que iremos fazer com que a reforma agrária se estabeleça no Estado do Paraná. Se sairmos do estado de direito iremos para a força e à força não se consegue nada.

Já temos exemplos de outros países mais avançados que o nosso, que desistiram desta forma de fazer justiça social através de baioneta. Precisamos fazer a reforma agrária, sim, dentro do estado de direito, e não é desta forma como ocorreu ontem.

Então, ficamos aqui a pensar, a refletir, o MST, o Governador Jaime Lerner, que viu também a sua autoridade ameaçada porque estava lá o representante, o Coelho, e ele também foi enxovalhado.

Quero agradecer alguns elementos que no momento marcaram presença, além do superintendente José Carlos, que também é vítima do processo, o Pretexato Taborda que estava a cada 15 minutos tomando conhecimento da situação, e também ao Rogério, do INCRA, que se postou ao nosso lado no momento mais grave em que os elementos, que são apenas massa de manobra, porque estavam sendo insuflados pelos líderes, dentre eles o Ireno e o Baggio.

Quero aqui agradecer essas pessoas, e dizer que se não aconteceu alguma coisa mais grave foi porque essas pessoas estiveram lá, participaram, e quero dizer aos senhores que não vamos nos intimidar, vamos continuar, nós da bancada ruralista, tenho certeza, temos compromisso com a sociedade paranaense, com os produtores deste Estado, e vamos continuar lutando para que a reforma agrária aconteça no estado de direito, dentro da paz, que se respeite os produtores, as propriedades produtivas e cobremos das nossas autoridades constituídas que exerçam seus direitos, seus mandatos, fazemos com que as reintegrações de posses sejam cumpridas.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Divanir Braz Palma, inicialmente eu quero lamentar o fato ocorrido com Vossa Excelência. Creio que houve exageros e nós não podemos concordar

que um Parlamentar no exercício do seu mandato seja agredido da forma como V.Exa. relatou aqui.

Segundo ponto, Deputado, tem um velho adágio popular que diz o seguinte: "Quem planta vento, colhe tempestade". É exatamente isso que o Governo Jaime Lerner fez para o Paraná. O culpado por tudo isso, nobre Deputado, é o Governador Jaime Lerner. Quando assinou aquele convênio no Palácio Iguaçu estadualizando a reforma agrária, o único objetivo que tinha o Governo era de se autopromover, de fazer com que o povo do Paraná acreditasse que a reforma agrária no Paraná iria se deslanchar.

E o que aconteceu? Absolutamente nada.

O clima no campo é tenso, os agricultores sem-terra estão hoje, na verdade, numa situação de extrema dificuldade e os proprietários também.

O Governo do Estado perdeu a credibilidade com todos os segmentos produtivos do Paraná ligados à agricultura, e o Governo fez o convênio. Um convênio absolutamente inexequível e chamou para o Palácio os canais da televisão, a imprensa e fez propaganda em cima de um ato, que não representava absolutamente, nenhum ganho para o nosso Estado.

E aí está, Deputado Luiz Carlos Zuk o Deputado Divanir vai lá no INCRA e se torna refém do movimento social. E o que faz o Governador do Estado? Não fala uma palavra, nobre Deputado, em relação à reforma agrária que é, na verdade, um ponto crucial que hoje estamos vivenciando, não só no Paraná como no Brasil.

Mas, o Paraná é o Estado mais sério, o Paraná vive, um problema mais sério em relação à reforma agrária. Hoje, segundo os dados da FETAEP, do próprio MST, no Paraná houve 286 fazendas ocupadas, de 1987 até a presente data. Destas, 226 foram ocupadas no Governo Jaime Lerner; 76% das ocupações foram no Governo Jaime Lerner.

Então isso demonstra, Deputado, que no Paraná, infelizmente, o Governo não tem norte, não tem rumo, está perdido, e o problema está se avolumando.

Os sem-terra estão desesperados, estão ocupando terras a torto e a direito. O próprio MST perdeu o controle da situação e os proprietários também, chegando ao ponto do MST estar ocupando áreas produtivas.

O que não é recomendável.

Tudo por falta de uma linha, de uma orientação, de um norte do Governo que infelizmente é o grande culpado por esta situação.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero agradecer a todos. Espero com isso ter cumprido a minha missão em representá-los onde quer que seja, com muito orgulho e dignidade, porque quem está dentro do estado de direito não deve temer nada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência lamenta profundamente o ocorrido da tarde de ontem, da noite de ontem. Estávamos durante a Sessão Plenária quando soubemos do acontecido e entramos imediatamente em contato com a Secretaria de Segurança, mais profundamente com o Dr. Amauri Ramos, que ficou em permanente contato com o José Carlos e com a sua secretária que a todo o instante nos comunicava que nada de mais grave estaria acontecendo, que a situação realmente estava mais ou menos, sob controle.

Lamentamos e expedimos uma nota oficial desta Casa nos solidarizando com os dois Deputados que representavam, em missão oficial, a Assembléia Legislativa.

E como disse, lamentamos profundamente, porque, como bem disse Vossa Excelência esta Casa sempre primou pela ética e pela boa-educação, e sempre recebeu, independente de colaboração partidária e de qualquer ponto de vista, a todos, porque aqui é uma Casa do povo e “esperava”, pelo menos, que a recíproca fosse verdadeira.

Não se pode, realmente, esperar muito de um movimento que perdeu a idoneidade, a identidade, e que hoje, como bem disse o Deputado Nereu Moura, perdeu o controle.

E as pessoas sem controle realmente são perigosas.

Cabe sim, a nós outros, restabelecermos a ordem e o controle, caso contrário, iremos passar por momentos muito mais desagradáveis e muito mais sérios que o que Vossas Excelências passaram na tarde de ontem.

Tenham a certeza da solidariedade de toda essa Casa, de todos os Deputados, e que não devemos, em momento algum, nos olvidar em envidar esforços para que isso não se repita.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu apenas quero lamentar, como presidente da Comissão de Terras desta Assembléia, de não ter sido informado da reunião que realizava-se ontem na sede do INCRA, afinal de contas a Comissão de Terras tem representação de todos os partidos e, justamente, tem feito um trabalho no sentido de ajudar a resolver o problema.

Quero lamentar que a Comissão de Terras não tenha sido comunicada desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aceito perfeitamente a reclamação.

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB, PMDB, PFL, PTB, PT, PDT, Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

(Declinam)

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença dos Vereadores de São Mateus do Sul, Miguel Pichet, José Ewerlin, José Ferraz, bem como o empresário Francisco Ulbrich e o repórter Luiz Renato.

Sejam bem-vindos à Casa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se á

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados:

Sobre a mesa expediente subscrito pelo senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL - Partido da Frente Liberal, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado como representante do partido para compor a Comissão especial do Narcotráfico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ademir Bier, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a vaga que cabe ao partido na Comissão Especial do Narcotráfico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Péricles Mello na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado como representante do Partido dos Trabalhadores para compor a Comissão Parlamentar Especial do Narcotráfico, a ser constituída por essa Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 12/99, subscrito pelo Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente, comunicando o afastamento do Bloco, solicitando ainda que sua agremiação partidária seja representada nas Comissões Permanentes desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria dos Senhores Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, constantes do expediente. necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2461, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando diminuição de Interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 153/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de trânsito no Município de Fazenda Rio Grande. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 304/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Rodovia Ozório Alves de Oliveira a PR-471 entre o trevo da BR-277 até a Cidade de Catanduvas. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Dá denominação a Trecho da Rodovia PR-340. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 467/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera o Art. 1º, da Lei nº 12.640, de 12 de julho de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que concede Título de Cidadão Honorário ao Padre Marcelo Rossi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede Título de Cidadão Benemérito para o Senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em Votação.**

O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, esta homenagem que pretendemos prestar ao Cidadão Francisco Simeão Rodrigues Neto, tem várias razões e vários motivos. Mas, gostaria de destacar um dos motivos: Francisco Simeão é um empresário bem sucedido, proprietário da Imobiliária Pinhais e, tem um grande mérito na vida porque investe em torno de 60 mil reais, por mês na educação de 200 crianças.

Ele escolhe, na Rede Pública Estadual, na 5ª Série, e patrocina o custo destas 200 crianças até a Universidade.

Então, há seis anos ele investe cerca de 60 mil reais por mês na educação de 200 crianças.

Hoje já tem 22 crianças na Universidade, ano que vem serão 32 crianças na Universidade e, no decorrer do tempo, ele chegará numa despesa em torno de cento e vinte mil reais por mês, bancada por ele e pelo seu sócio que é o Luiz Bonamin Filho.

Então, acho que a Assembléia Legislativa presta uma homenagem a um cidadão que faz pelo ser humano, que cuida especialmente das crianças que, com certeza, não teriam a oportunidade de frequentar uma escola de terceiro grau e ter uma formação melhor para enfrentar a vida.

Queremos nestas breves palavras chamar a atenção dos Senhores Deputados que o projeto é mais do que justo ao Cidadão Francisco Simeão Rodrigues Neto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

O Projeto retorna à C.C.J..**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo transferir a doação de imóvel concedida pela Lei nº 642, de 07 de abril de 1951. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 100/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo transferir a doação de imóvel concedida pela Lei nº 642, de 07 de abril de 1951.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Micro e Pequenas empresas de Cascavel - AMIC, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 46, de 17.05.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 249/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edgar Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Cascavel - AMIC, com sede e foro no Município de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, que revoga o Inciso VII do Art. 2º da Lei Complementar nº 82 de 24 de junho de 1998, que dispõe sobre a criação de Consórcio Intermunicipal na área de Saúde. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 128, de 28.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 497/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, tem por objetivo revogar o inciso VII do artigo 2º da Lei Complementar nº 82, de 24 de junho de 1998, que dispõe sobre a criação de Consórcio Intermunicipal na área da saúde.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Moisés, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 154, de 27.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 542/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Associação Lar Moisés, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a APAT- Associação Paranaense de Amparo ao Trabalhador, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161, de 10.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 561/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Péricles Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAT - Associação Paranaense de Amparo ao Trabalhador, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni e diversos Deputados requerendo a transformação da Sessão Plenária e Sessão Extraordinária em Comissão Geral.

Deixamos de apreciá-lo neste momento para apreciá-lo na sessão noturna.

Requerimento nº 2441, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2446-A, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2451, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2452 e 2453, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2454 a 2456, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2458, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2460, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2462 a 2469, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2470, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2473 e 2474, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2475, de autoria do Sr. Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2476, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência comunica que no tocante a Comissão Especial de Reforma da Constituição encerrou-se o prazo para a apresentação de emendas na data de hoje, e indicamos os seguintes membros para a Comissão Parlamentar, Comissão Especial de Reforma da Constituição. Deputado Algaci Tulio, Deputado Cesar Seleme, Deputado Antonio Barater, Deputado Elio Rusch, Deputado Caíto Quintana, como Coordenador e Relator o Deputado Caíto Quintana.

A Mesa consulta os líderes dos Partidos para a Comissão do Narcotráfico: PT, Ângelo Vanhoni, PSDB, Antonio Baratter; PPB, Fernando Ribas Carli; e o Bloco?

O SR. GERALDO CARTÁRIO

O Bloco foi destituído com encaminhamento a Vossa Excelência no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então fica sem representante. Indicamos dois do PTB. Na Comissão Especial os membros da Mesa podem pertencer a Comissão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, então nós vamos indicar um da Capital e um do interior, Deputado Tiago Amorim representando o PTB na outra vaga.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, anunciando a Ordem do Dia para a Sessão Extraordinária:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 472, 523, 525 e 536/99.

Marco ainda uma sessão ordinária, para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 138, 163, 515 e 521/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 100, 249, 497, 542 e 561/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 530 e 552/99.

Convoco ainda os Senhores Deputados para a Sessão Solene, quinta-feira, dia 18, às 17:00 horas, em Comemoração à data Nacional da Consciência Negra, 304 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se nas dependências do Plenário “Luiz Gabriel Sampaio” os nobres Pares desta Comissão, Senhores: Deputado Edson Strapasson (Presidente da Comissão), Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Hidekazu Takayama, Deputado vice-Presidente Braz Palma, Deputado Tiago Amorim, Deputado Orlando Pessuti (Líder do PMDB), tendo sido convidados: Senhor Diumar Deleu Cunha (Presidente do SINDICAM), com seu representante legal o advogado do Sindicato, e a Vereadora e representante da Câmara Municipal de Colombo e demais. O Presidente Edson Strapasson passou a abertura da reunião dando seqüência a conversação informando o real objetivo informal e espontâneo dos convites, ou seja: Pretender que o SINDICAM e seu atual representante e demais se inteirassem da necessidade de recon-

hecer a ilegitimidade da cobrança da anuidade de participação a este sindicato. Primeiramente foi passado um vídeo contendo a história de sucesso do SINDICAM, criado em 1º de maio de 1987, com todos os programas em funcionamento tais como: radioestrada - visando: informações de acidentes, pedido de socorro a vítimas, quedas de barreiras, alerta para veículos roubados, denúncia de direção perigosa, etc. Camping do caminhoneiro - estacionamento 24 horas, BWC, lavanderia, sala de TV, cancha de futebol, rampa para remontagem de caminhões, levantador de truck e eixo de carreta, restaurante, balança, oficinas. Central de fretes - etc. Enfim, seria um Clube de Serviços com objetivo de resgatar direitos que os caminhoneiros tiveram. O vídeo veio "simplificar" o discurso do funcionamento do sindicato. Em seguida o Senhor Presidente tomou a palavra e deu continuidade às conversações. Por um lado o sindicato persistia na cobrança compulsória, e por outro lado os Deputados insistiam que ninguém é obrigado a contribuir obrigatoriamente a um sindicato e sim voluntariamente, já que não sendo regido pela CLT, ou seja sendo um transportador autônomo sem vínculo empregatício. Cogitou-se também a cobrança de R\$36,00 (trinta e seis reais) anuais sendo obrigatório o pagamento e a adesão a este sindicato, pois o SINDICAM generalizou os componentes da categoria utilizando uma listagem do DETRAN onde estão cadastrados os veículos de uso de placa vermelha, abrangendo com isso os freteiros e os produtores rurais e que de 1994-1998 está dando o valor de R\$585,75 (quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), contados multas mais correção monetária desde que o IPVA deixou de embutir no boleto o valor de um sindicato que era pago desconhecidamente pela classe dos caminhoneiros, tal sendo este o motivo das ações de

cobrança. Enfim para finalizar a reunião, ficou tratado não ajuizar novas ações de pagamento aos associados, e rever as que realmente se enquadram para se tentar fazer uma composição extra judicial. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE TURISMO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a Presidência do Senhor Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 530/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, Relator: Deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Delôra F. Amaral Carvalho - Secretária